

Com 26 mortes, Carnaval de 2023 é o mais violento dos últimos anos

Gilberto Leite | Ilustração

Depois de dois anos sem a tradicional festa de rua, por causa da pandemia de covid-19, o Carnaval deste ano foi marcado por um grande número assassinatos em todo o estado de Mato Grosso. Segundo dados da Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp), obtidos pelo jornal Estado Mato Grosso, 26 pessoas foram mortas durante os quatro dias de folia, o que faz deste o Carnaval mais violento dos últimos anos em Mato Grosso. O número é mais que o dobro do que foi registrado em 2019, quando 12 pessoas foram assassinadas, e quase o triplo do que foi registrado em 2020, último Carnaval antes da pandemia, quando 10 pessoas perderam a vida de forma violenta

PÁG. 6



Reprodução

Preso por matar 7 diz que queria poupar vidas

Preso na manhã de quinta-feira, 23 de fevereiro, por tirar a vida de sete pessoas, Edgar Ricardo de Oliveira afirmou que queria "poupar vidas". A fala foi feita informalmente à Polícia e a repórteres, quando questionado sobre o motivo para assassinar, entre as vítimas, uma criança de apenas 12 anos. O crime foi cometido na última terça-feira (21) em um

bar de Sinop. Em conversa com jornalistas, o delegado responsável pelo caso, Bráulio Junqueira, adiantou que o assassino já confessou o crime. Junqueira também explicou que Edgar foi detido já fora do flagrante, mas permanecerá preso por determinação da Justiça, pelo período inicial de 30 dias, podendo esse prazo ser ou não prorrogado

PÁG. 6

MM cobra leis duras contra assassinos

Diante de um crime que chocou todo o país, a chacina ocorrida em Sinop, o governador Mauro Mendes (União) afirmou que as Forças de Segurança de Mato Grosso estão completamente mobilizadas para localizar e prender os dois criminosos. Mauro ainda cobrou que o Congresso Nacional tome atitudes para endurecer a legislação brasileira e punir os responsáveis

por este tipo de crime de forma mais rigorosa. O governo mobilizou o Batalhão de Operações Especiais (Bope) e o Centro Integrado de Operações Aéreas (Ciopaer) para atuar na caçada aos criminosos. Até a tarde desta quarta, o armamento e a caminhonete usados pelos assassinos haviam sido recuperados. A 'caçada' continua na região Norte

PÁG. 4

Comitiva vai a SP conhecer câmeras nas fardas

O deputado estadual Wilson Santos (PSD) afirmou que é inevitável o debate sobre a instalação de câmeras nas fardas e viaturas dos agentes de Segurança Pública do Estado. Diante da resistência que enfrenta

na Assembleia, Wilson quer visitar junto com seus colegas, principalmente os que fazem parte da Comissão de Segurança, algumas cidades em que a câmera já faz parte da rotina policial

PÁG. 4

Distribuidoras aumentam preços

Mesmo com a desoneração de Pis/Cofins sobre gasolina e etanol ainda em vigor, as distribuidoras de combustíveis começaram a realizar aumentos injustificados para os postos de combustíveis em Mato Grosso. A denúncia foi feita pelo Sindipetróleo. Diversos revendedores estão informando que as distribuidoras, empresas que fazem a "ligação" entre a Petrobras e os postos, estão promovendo reajustes com valores entre 15 e 30 centavos por litro. As distribuidoras são alvos de críticas do Sindipetróleo, que vê os postos sendo injustiçados por fiscalizações do Procon, enquanto a mesma fiscalização não chega até essas empresas. Ainda segundo o Sindipetróleo, as distribuidoras não estão justificando esse movimento incompreensível de aumentar os preços para os postos

PÁG. 7



Gilberto Leite

O presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso (Acrimat), Oswaldo Pereira Ribeiro Junior, vê a suspensão das exportações de carne para a China como um duro golpe no setor, que já está passando por uma situação preocupante, devido aos custos de produção extremamente elevados. Diante dessa situação, a Acrimat cobra que ocor-

ra a diferenciação dos casos "atípicos" da 'doença da vaca louca' para os "clássicos". De acordo com Oswaldo, o acordo firmado com a China em 2015 foi "mal redigido" ao não prever a diferenciação das doenças. Dessa forma, quando ocorre a notificação de casos atípicos, o embargo ocorre automaticamente

PÁG. 5

AL e Câmara querem comissão mista

A Assembleia Legislativa e a Câmara de Cuiabá discutem a formação de uma comissão mista para analisar a saúde pública da capital. Durante a semana, o presidente da Assembleia, deputado Eduardo Botelho (União), recebeu uma comitiva de vereadores liderada pelo presidente do Parlamento municí-

pal, Chico 2000 (PL), que sugeriu a formação da comissão mista. Botelho disse que vai apresentar a proposta aos membros da Comissão de Saúde da Assembleia. Se a ideia for aceita, ele vai escolher os deputados que irão se reunir com os vereadores para debater o tema.

PÁG. 3

EDITORIAL

A raiz do mal

Após todo o sofrimento causado pela pandemia de covid-19, finalmente os matogrossenses puderam curtir um Carnaval com toda alegria que é costumeira aos brasileiros. Porém, apesar de toda a preparação das forças de segurança para garantir uma folia tranquila, o feriadão prolongado foi marcado por episódios de violência extrema em todas as regiões de Mato Grosso, sendo a chacina de Sinop o episódio mais marcante deste Carnaval. Muitas perguntas ainda precisam ser respondidas. Em especial, precisamos nos perguntar o que poderia ser feito

para evitar tragédias como as que foram vistas nos últimos dias. Não basta adotar o argumento mais simples e culpar as facções criminosas, que têm sim sua culpa, como deixa claro o caso da pequena Ágata Soares, que teve sua vida tirada aos 3 anos após ser pega em meio a uma disputa de facções.

Porém, também é preciso enxergar que um dos assassinos que matou sete pessoas em Sinop, incluindo a jovem Larissa Frasso, de apenas 12 anos, não era um membro de facção, mas sim um Caçador, Atirador ou Colecionador (CAC), com acesso facilitado a armas e treina-

mento suficiente para usá-las, como deixou bem claro.

Temos, pois, dois lados muito diferentes de uma mesma moeda. O que diferencia o assassino facionado do assassino empresário? O que os torna semelhantes? O que poderíamos ter feito para evitar essas mortes trágicas e sem sentido?

Nos últimos dias, crescem os relatos de violência em Mato Grosso, como o retorno dos sequestros relâmpagos na Região Metropolitana, uma prática que já havia caído no esquecimento, mas que retornou com força assombrosa diante da praticidade que os criminosos têm para subtrair quantias volumosas via PIX.

Bem mais precioso de todos, a vida parece ter perdido

seu valor, como mostra o triste caso de Wanderley Costa, morto por dois jovens que tinham metade de sua idade. A troca de quê? Um carro, notebook e televisões. Coisas tão simples e pequenas, fabricáveis e descartáveis, foram suficientes para que esses jovens tirassem uma vida.

Parecem presos a um ciclo sem fim de violência, que nos cerca e ameaça a todos, sem distinção. E por mais que responder fogo com fogo pareça uma solução plausível a curto prazo, está cada vez mais evidente que não resolverá a situação a longo prazo. Estaremos fadados a viver em uma sociedade violenta se não buscarmos a raiz do problema, a fonte desses males. O que, afinal,

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed
Cuiabá

transforma uma pessoa em um assassino?

Muitos especialistas em segurança e criminologia já se debruçaram sobre essa pergunta. Devido à complexidade da mente humana, são muitas as respostas possíveis para isso. Em comum, as respostas apontam para a educação que damos às nossas crianças, tanto dentro das escolas quanto dentro do lar.

Infrações e multas ambientais

Alberto Scaloppe (*)

Pautas relacionadas aos processos e regras ligadas ao meio ambiente sempre ganham relevância no Brasil, um dos principais produtores agroindustriais do mundo, ao passo em que detém grande reserva natural da sua fauna e flora. Está em vigor desde 2 de janeiro de 2023 o decreto 11.373/23, que alterou e acrescentou cláusulas ao decreto 6514/08, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, bem como estabelece processo administrativo federal para apuração destes delitos.

Mas a dúvida é, será que essa alteração trouxe melhoras ou pioras para o cenário ambiental? Devem ficar atentos os donos de imóveis rurais, ou aqueles localizados próximos a córregos, nascentes, ainda que dentro do perímetro urbano. Também deve acender alerta os donos de grandes propriedades rurais, principalmente fazendeiros e exploradores de minério, pois qualquer falha poderá acarretar autuações, visto a nova possibilidade de se angariar imagens via satélite.

Pois bem, existem pontos positivos e outros em que são necessários uma maior atenção. A mudança visou claramente desburocratizar atos e dar celeridade ao processo

administrativo, ao excluir o parágrafo único do artigo 99 que previa a anulação dos atos praticados, a partir da data da produção do vício sanável, reabrindo os prazos para defesa. A medida é acertada já que em caso de vícios graves continuou sendo declarado nulo conforme era estabelecida anteriormente.

O decreto 11.373/23 ainda passou a dar uma maior valorização ao Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), criado em 1989, sendo o mais antigo fundo ambiental da América Latina. Ao longo de sua história, a entidade apoiou inúmeros projetos socioambientais e investiu milhões de recursos em iniciativas de conservação e de uso sustentável dos recursos naturais.

Outra situação positiva se refere aos casos de multas ambientais consolidadas, que passa a ser estimulada pela administração pública a adesão de soluções legais para o encerramento do processo administrativo, como o pagamento com desconto, parcelamento ou conversão da multa em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, visando a "desjudicialização/desburocratização" e a eficácia da preservação.

Os autos de infrações e processos administrativos resultantes da fiscalização que

já eram públicos, agora deverão ser disponibilizados via internet, facilitando o acesso e a publicidade dos atos administrativos. Admitiu-se como meio de provas a utilização pela fiscalização das imagens de satélite, o que leva a entender que agora ela será mais abrangente e dinâmica, evitando assim que desmates e queimadas ilegais se perpetuem sem a devida aplicação das penalidades previstas.

Somente a autoridade julgadora, em decisão única, poderá, a partir do novo decreto, julgar pedidos de conversão de multa, tirando estas atribuições da autoridade superior e do núcleo de conciliação. Vejo com bons olhos tal modificação, muito embora deva haver dos órgãos um fortalecimento das procuradorias, uma vez que a autoridade julgadora que estará a par do processo poderá decidir e conceder a conversão e multa. Além disso, isso evita a protelação, enviando o mesmo de uma autoridade para outra para que possa ser avaliado os pedidos de conversão e defesa.

Mas tal situação também traz um alerta. Isso porque, o poder de decisão exige a autoridade julgadora de submeter ao pronunciamento da procuradoria do órgão dobrando a responsabilidade do agente

ante os princípios da administração e devidamente fundamentada. As novas regras também dão maior abrangência e atenção para as soluções extrajudiciais dos problemas, majorando e desburocratizando as possibilidades de firmar acordo extrajudiciais que terão como objetivo de fato reparar o dano ambiental causado em seus exatos termos ou próximo disso.

O novo decreto ainda deixou em aberto para o órgão federal emissor de multa definir os critérios e as diretrizes dos projetos a serem apresentados em caso de autorização do pedido de conversão da multa, o que faz com que o projeto apresentado tenha o objetivo no qual houve a autuação e desta forma destinando os projetos de forma, a de fato, reparar o que fora infringido.

Temos agora novos parâmetros processuais administrativos que devem ser observados e assegurados a todos empreendedores que estão sujeitos a fiscalização ambiental.

ALBERTO SCALOPPE é advogado sócio do escritório Scaloppe Advogados Associados em Cuiabá



A pobreza em MT

Vivaldo Lopes (*)

A Fundação Getúlio Vargas – FGV, publicou, por meio do seu braço de estudos sociais, a FGV SOCIAL, o mais detalhado e profundo estudo sobre a pobreza no Brasil, após a pandemia. A publicação, O Mapa da Pobreza, foi organizada e liderada pelo economista Marcelo Neri, a maior autoridade técnica e acadêmica desse assunto no Brasil. A pesquisa utiliza a grandiosa base de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (IBGE, 2021), disponibilizada em 2022. Entre outros propósitos, a pesquisa da FGV mensura a situação da pobreza em todos os estados brasileiros após os nefastos estragos causados pela pandemia em 2020. A novidade do estudo é a segmentação do Brasil em 146 estratos demográficos, o que permitiu colocar holofotes na desigualdade e pobreza em distintas microrregiões do país. Inclusive dentro de cada uma das 27 unidades federativas. O trabalho considera a renda domiciliar mensal de R\$ 497,00 per capita, equivalentes a U\$ 5,50/dia em paridade de poder de compra do último trimestre de 2021. Essa métrica é mundialmente aceita e utilizada para

mensurar a pobreza nas diversas regiões do planeta.

O estudo mostra que, em 2021, um contingente de 29,60% da população brasileira (62,9 milhões de pessoas) viviam em situação de pobreza. Resultado da queda de renda e depauperação do mercado de trabalho ocasionados pela covid. A redução dos valores do auxílio emergencial distribuído em 2020 também contribuiu para aumentar as taxas de pobreza em todos os estados. O estado com maior percentual da população pobre é o Maranhão, com 57,90% e o estado que detém o menor taxa de pobreza é Santa Catarina, com 10,16%. O percentual de habitantes considerados em situação de pobreza em Mato Grosso é de 20,24%. O estado está bem posicionado (23º lugar) no ranking dos estados feito pela FGV Social. Fica atrás apenas de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo, estados mais ricos do Brasil. Mesmo bem posicionado, Mato Grosso tem mais de 765 mil pessoas considerados pobres, que dependem da ajuda dos programas de transferência de renda da União e do governo estadual para suprirem suas necessidades fisiológicas mais básicas.

Se focarmos a espacialização dos estratos geográficas nas quais o estado foi segmentado na pesquisa, notamos a confirmação das desigualdades regionais e elevada taxa de pobreza no estado que é o maior do país em produção agropecuária. O trabalho separa o estado em seis estratos geográficos (Cuiabá/Entorno Metropolitano, Colar Metropolitano, Sudoeste, Leste e Norte). O menor índice de pobreza está no chamado Colar Metropolitano (Cuiabá e cidades próximas), que é de 14,53%. A maior taxa de pobreza está no estrato geográfico denominado Entorno Metropolitano, onde a taxa de pobreza é de 28,25%. Nas regiões Leste (19,61%) e Norte (17,03%) os níveis de pobreza são bem menores que a média estadual. Na região Sudoeste (Araguaia), a taxa de pobreza situa-se em 25,12%, acima da taxa estadual.

A impecável pesquisa impõe uma reflexão social, política e econômica: quais fatores objetivos e subjetivos determinaram dinâmicas tão díspares no progresso econômico e social das diversas regiões do estado? O que é possível fazer para enfrentar e reduzir a pobreza e as desigualdades sociais e regionais em Mato Grosso? Um estado que se destaca por ser campeão nacional de crescimento econômico

e de produção de alimentos. Como a sociedade, líderes políticos, empresariais podem fazer para integrar e sincronizar programas, projetos, ações para termos aqui o desenvolvimento inclusivo? O acelerado crescimento econômico de Mato Grosso expõe ilhas de acumulação de riquezas, opulência e prosperidade que convivem com bolsões de pobreza e desigualdade.

Não se trata de tarefa simples, solitária ou que entregará resultados imediatos. Mas empenho solidário que tenha o comprometimento de todas as forças sociais, políticas e empresarias para superar esse desafio que constrange a todos matogrossenses. O desafio é gigante, mas precisa ser vencido. Como dizem os chineses, para se caminhar mil léguas, precisamos andar a primeira légua.

VIVALDO LOPES é economista formado pela UFMT, onde lecionou na Faculdade de Economia e pós-graduado em MBA - Gestão Financeira Empresarial pela FIA/USP. E-mail: vivaldo@uol.com



Governo, onde investir em Chapada

Caiubi Kuhn (*)

O interesse do Governo do Estado de Mato Grosso na estadualização do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães tem ocupado espaço na imprensa nos últimos meses.

Mauro Mendes, governador do estado tem afirmado que o valor de R\$ 18 milhões em 30 anos é pouco, e que o estado teria a disponibilidade de investir 200 milhões em 4 anos. Este texto apresenta soluções para o

impasse sobre o tema, na busca por melhorias da estrutura turística da região.

Primeiramente, cabe esclarecer ao leitor que estadualização e concessão são duas coisas diferentes. Na estadualização, tanto a gestão ambiental, as terras do parque e a gestão dos atrativos turísticos passariam do Governo do Federal, para o Governo do Estado. Na concessão, apenas a gestão dos atrativos passa para a iniciativa privada por 30 anos, porém a gestão ambiental e as terras do parque continuam pertencendo ao Governo Federal.

A concessão dos atrativos ocorreu no ano de 2022, por meio de um pregão na Bolsa de Valores do Brasil (B3), e foi vencido pela empresa Parquetur, que arrematou o direito de gerir os atrativos do parque por pouco mais de 1 milhão de outorga, e o compromisso de investir R\$ 18 milhões além dos gastos de operação da área.

De fato, concordo com o Mauro Mendes que o valor não é nem de perto o que Chapada merecia. Porém, o valor é infinitamente maior que o montante investido pelo Governo do Estado nos parques estaduais existentes no município de Chapada dos Guimarães.

Sim, para quem não sabe, existem duas unidades estaduais em Chapada dos Guimarães, senda elas o Parque Estadual da Quineira (Lei 8.615/2006) e o Mirante - Monumento Natural do Centro Geodésico da América Latina (Decreto nº 350/2020). Nestas áreas, não existe nenhum investimento do Governo do Estado. Como matogrossense e chapadense, tomo a liberdade de sugerir ao governador onde investir parte dos 200 milhões que diz ter disponível, visando a melhoria da estrutura e do turismo na região. O Parque da Quineira, fica localizado dentro do perímetro urbano, entre a MT 251 e a piscina pública. A área poderia ser um excelente parque urbano, com pistas de caminhada, jardins, centros de interpretação entre outros tipos de estruturas.

O Mirante, mesmo sem estrutura, e interdito devido aos riscos ambientais que são causados pelas erosões que crescem a cada ano por falta de providência, ainda assim, é um dos principais atrativos do município e recebe muitos visitantes. O local poderia ser perfeita-

mente estruturado para o turismo, com oferta de serviços de alimentação, estacionamento e interpretação turística.

Outro local, que deveria estar sob a gestão do governo estadual, é o Chalé dos Governadores e a Usina Casca I, ambos acabaram sendo privatizados junto com o patrimônio da antiga CEMAT, porém são parte do Patrimônio Cultural Mato-grossense, e integram a história do estado. No local existe um magnífico cânion e várias cachoeiras, todavia as construções históricas estão quase em ruínas, devido à falta de cuidados. Este local poderia ser um espaço fantástico que integrasse turismo de natureza, história e até mesmo esportes radicais. A criação de complexo museológico que englobasse as estruturas existentes, pode ser uma ótima saída para a situação.

Chapada dos Guimarães e o estado de Mato Grosso, ganhariam muito com a estruturação dos dois parques estaduais citados e com a criação de um complexo estadual na região do Chalé dos Governadores. E se o estado tem dinheiro, por que não investir nos locais onde já deveria ter investido e estruturado? Talvez o governador não tenha conhecimento sobre esses locais, e por isso, espero que este artigo tenha auxiliado. Chapada merece investimentos e cuidado, e é preciso que o Governo faça sua parte.

CAIUBI KUHN, Professor na Faculdade de Engenharia (UFMT), geólogo, especialista em Gestão Pública (UFMT), mestre em Geociências (UFMT).



Jornal
IMPRESSO MT
FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impresso@gmail.com Site: www.oimpresso.com.br

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505
Telefone: 65 99696-6688

SAÚDE DE CUIABÁ

Vereadores propõem formação de grupo misto das duas Casas de Leis para investigar possíveis falhas e elaborar soluções para a crise na Saúde

AL e Câmara querem comissão mista

Da redação

A Assembleia Legislativa e a Câmara de Cuiabá discutem a formação de uma comissão mista para analisar a saúde pública da capital. Durante a semana, o presidente da Assembleia, deputado Eduardo Botelho (União), recebeu uma comitiva de vereadores liderada pelo presidente do Parlamento municipal, Chico 2000 (PL), que sugeriu a formação da comissão mista.

Botelho disse que vai apresentar a proposta aos membros da Comissão de Saúde da Assembleia. Se a ideia for aceita, ele vai escolher os deputados que irão se reunir com os vereadores para debater o tema.

“Vou levar para a Comissão de Saúde, evidentemente, que preciso da aprovação dela e aprovando nós vamos nomear uma comissão. Eu vou assinar junto com o presidente da Câmara, colocando alguns vereadores e eu colocando alguns deputados, que vão adentrar em todos esses meandros da saúde e levantar os dados para ver onde estão as falhas e onde que estão os erros”, destacou.

O presidente da Câmara disse que vai aguardar o posicionamento da Assembleia, mas espera que a união entre as duas instâncias do Poder Legislativo seja concretizada, para que estudem os números e informações, e ajudem a encontrar uma solução para a crise que o Município tem enfrentado.

“Se você não conhece a verdade, corre o risco de cometer injustiça. É algo que este presidente não consegue conviver com ela. Viemos colocar à disposição da Assembleia, usar da experiência dos deputados e do pre-

sidente Botelho, para que possamos estar no mesmo caminho em Cuiabá. Nós queremos fazer uma reunião com as comissões de Saúde das duas Casas, para que tenhamos números reais, um levantamento específico, e dessa forma alcançar a verdade. Este é o único objetivo”, enfatizou.

INTERVENÇÃO - A Saúde Pública de Cuiabá passou por um processo de intervenção administrativa do Estado no final do ano passado, por determinação do desembargador Orlando Perri, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso. No entanto, o processo durou apenas sete dias, porque a presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministra Maria Thereza de Assis Moura, determinou a suspensão da medida até que o processo seja decidido por órgão colegiado do Tribunal.

O processo de intervenção foi provocado pelo Sindicato dos Médicos, que aponta diversas irregularidades, como descumprimento



Botelho afirmou que precisa de aprovação da Comissão de Saúde, mas avaliou como positiva a criação da comissão mista

de decisão judicial, principalmente pela falta de concurso público, furo na escala de médicos e falta de insumos e medicamentos.

O julgamento sobre o pedido de intervenção

teve início em sessão do Órgão Especial do TJMT realizada na quinta-feira, 24. O relator do processo, Orlando Perri, apresentou voto a favor da intervenção. No entanto, o julgamento foi

suspenso por pedido de vista do desembargador Rubens de Oliveira, que alegou se tratar de um processo extenso e complexo, que demanda a maior cautela na decisão.

INTERVENÇÃO NA SAÚDE**Barranco vê ataque político e recorre a Flávio Dino**

Da redação

O presidente do PT em Mato Grosso, deputado estadual Valdir Barranco, afirmou que irá recorrer ao ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino,

para que adote providências contra possível “violência inconstitucional” contra a Prefeitura de Cuiabá.

Barranco questionou a deflagração da operação SmartDog no mesmo dia em que o Órgão

Especial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) julgou o pedido de intervenção administrativa do Estado na Saúde Pública de Cuiabá.

Na avaliação do petista, a medida é “política e midiática” para

tentar influenciar no voto dos desembargadores.

“Pedido de intervenção e a ação Smartdog da PJC são violências institucionais. Justamente no dia do julgamento do pedido de intervenção na Saúde é realizada esta ação da PJC. Totalmente infundada, pois não existe investigação em algo que foi cancelado. A Prefeitura não executou o contrato, não realizou pagamento algum. Perderam a vergonha. Vejo como uma ação maldosa para tentar influenciar a decisão dos magistrados”, ressaltou.

O julgamento sobre a intervenção na Saúde foi adiado devido ao pedido de vista compartilhado entre os desembargadores Rubens de Oliveira e Juvenal Pereira. No entanto, cinco magistrados já anunciaram que iriam seguir o entendimento do relator do processo, desembargador Orlando Perri, que votou pela intervenção.

Valdir Barranco comentou que a capital atende uma grande demanda de pacientes do interior porque a Saúde nas outras cidades é precária. Ele ainda ressaltou que o período em que houve a intervenção em Cuiabá, na virada do ano, foi “desastroso”, devido à desativação de leitos instalados no antigo Pronto-Socorro de Cuiabá, paralisação das obras da Central de Material e Esterilização (CME), atraso na retomada das cirurgias eletivas e fechamento da UTI Pediátrica do Hospital Municipal de Cuiabá (HMC).

“Acredito que a intervenção vai prejudicar os serviços. A população não terá benefício algum”, afirmou o deputado.

SMARTDOG - A operação mirou servidores e ex-gestores da Secretaria Municipal de Saúde e a empresa contratada para realizar a chipa-

gem de cães e gatos, no valor de R\$ 32 milhões. Os mandados foram realizados para colaborar com a investigação feita pela Delegacia Especializada de Combate à Corrupção (Deccor) que apura o procedimento de inexigibilidade e o contrato.

Além de busca e apreensão, os policiais também notificaram o poder público municipal para cumprimento de ordens judiciais de vedações de contratação, execução e pagamento, além da restrição à atuação de agentes públicos.

Em nota, a Secretaria de Saúde disse que o valor do contrato é de R\$ 5 milhões e que nenhum valor chegou a ser pago para a empresa, a Petimune. A SMS ainda afirma que causou estranheza a investigação de um contrato que foi cancelado em janeiro deste ano, além da divulgação de valor totalmente diferente do real.



Barranco avalia que operação SmartDog evidenciou caráter político da intervenção na Saúde de Cuiabá

HABITAÇÃO**50 famílias de Araguainha serão contempladas com casas populares**

Layse Ávila e Vânia Neves | Setasc e Unaf

O município de Araguainha (a 468 km de Cuiabá) comemora 59 anos nesta sexta-feira (24.02), com diversas ações e investimentos do Governo de Mato Grosso para melhorar a qualidade de vida dos moradores. Uma das iniciativas é o programa Ser Família Habitação, idealizado pela primeira-dama Virginia Mendes, que garante a construção de 50 casas populares para famílias em situação de vulnerabilidade no município.

O programa é executado em parceria entre as Secretarias de Estado de

Assistência Social e Cidadania (Setasc) e de Infraestrutura e Logística (Sinfra).

Por meio dele, o Governo de Mato Grosso investe R\$ 3,2 milhões na construção das casas, e o município entra com a contrapartida financeira de R\$ 32,8 mil. Além disso, também cabe ao município a coordenação do cadastro das famílias que mais precisam de moradia e não têm renda para o financiamento de um imóvel.

“Araguainha é conhecido como o menor município do Estado, mesmo assim ele tem suas necessidades e a habitação é uma delas. O sonho da casa própria em breve

será realidade na vida de 50 famílias em situação vulnerável. Estou acompanhando o andamento dos processos de perto, e quero junto com o município que hoje comemora mais um ano de emancipação festejar as entregas”, disse Virginia Mendes.

A secretária interina de Assistência Social e Cidadania, Grasielle Bugalho, destaca que, para a implantação do programa Ser Família Habitação, a parceria do Governo com os municípios é celebrada por meio de convênios. Até o momento, 79 municípios aderiram ao programa. Ela pontua que, além do benefício efetivo às fa-

mílias carentes, o programa contribui com o desenvolvimento econômico da região.

“O Ser Família Habitação, além de fomentar a construção de unidades habitacionais, de modo a promover moradia digna aos mato-grossenses, também gera emprego e renda, e ajuda a elevar a qualidade de vida de população. Já são 79 municípios conveniados com obras em andamento ou em fase de licitação, e a Setasc vai promover uma capacitação com os gestores dos municípios para que façam uma busca ativa daquelas famílias que realmente precisam receber essas habitações”, pontuou.

De acordo com o prefeito de Araguainha, Francisco Gonçalves Naves, mais conhecido como Chiquinho, o município era pouco lembrado pelos políticos e que na gestão do Governador Mauro Mendes a situação é diferente.

“Estamos sendo atendidos prontamente nas diferentes necessidades, seja na saúde, educação e infraestrutura. Principalmente neste quesito, o governo é diferenciado, ajudando a todos os municípios de Mato Grosso”, pontuou o prefeito.

O prefeito ressaltou que o governador Mauro Mendes, junto com a primeira-dama Virginia Mendes, têm um olhar

solidário para Araguainha e outros municípios de pequeno porte e isso se reforça com o Programa SER Família e suas vertentes.

“A gente só tem a agradecer à nossa primeira-dama e ao governador por este programa que é muito importante para o nosso município, porque temos muitas famílias carentes e que necessitam deste apoio. E agora com o SER Família Habitação em Araguainha, que proporcionará uma moradia para essas pessoas. Além de gerar emprego e renda, irá trazer qualidade de vida e dignidade para uma mãe e um pai de família” disse.

CHACINA EM SINOP

Governador determina foco total na busca pelos criminosos e cobra ação do Congresso Nacional para endurecer a legislação contra crimes hediondos

Mauro cobra punições mais duras



Da redação

Diante de um crime que chocou todo o país, a chacina ocorrida em Sinop, o governador Mauro Mendes (União) afirmou na quarta-feira, 22 de fevereiro, que as Forças de Segurança de Mato Grosso estão completamente mobilizadas para localizar e prender os dois criminosos.

Mauro ainda cobrou que o Congresso Nacional tome atitudes para endurecer a legislação brasileira e punir os responsáveis por este tipo de crime de forma mais rigorosa.

"Nossas forças de Segurança estão mobi-

lizadas e determinadas para localizar os dois criminosos que assassinaram 7 pessoas em um bar de Sinop. Esse tipo de crueldade não pode ficar impune! Espero sinceramente que o Congresso Nacional tenha coragem de fazer uma legislação muito mais rigorosa para punir e prevenir esses crimes bárbaros no nosso país", disse o governador, em publicação nas redes sociais.

A chacina de Sinop chocou o Brasil inteiro e foi destaque no Jornal Nacional, da TV Globo, devido à violência desproporcional dos criminosos. Câmeras de segurança captaram o momento em que os criminosos renderam as pessoas no bar, após perderem muito dinheiro em uma sessão de jogatina, e começaram a atirar. Até uma criança que estava no local foi assassinada, com um tiro pelas costas, enquanto tentava fugir.

Mauro determinou ao secretário de Estado de Segurança Pública, César Augusto Roveri, que dedique todos os esforços à captura dos criminosos. Os assassinos foram identificados como Edgar Ricardo de Oliveira, de 30 anos, e Ezequias Souza Ribeiro, 27.

Roveri comentou que as forças de segurança de Sinop e região estão trabalhando em conjunto pela captura dos assassinos. Ele ainda enviou policiais do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) e do Centro Integrado de Operações Aéreas (Ciopaer), tanto de Cuiabá como de Sorriso, para ajudar na busca pelos criminosos.

O secretário ressaltou ainda que a Polícia Civil já pediu a prisão preventiva dos criminosos. A espingarda e caminhonete utilizada na fuga, uma S-10 de cor branca, já foram apreendidas.

"O trabalho agora é para que eles sejam presos em flagrante, já que



Gilberto Leite

Mauro garantiu que as forças de segurança do Estado estão empenhadas em localizar e prender os autores da chacina

as buscas pelos suspeitos não foram interrompidas, desde o momento em que a polícia foi acionada para atender a ocorrência", afirmou.

Roveri pediu a colaboração da população para a captura dos suspeitos. Informações podem ser direcionadas por telefone ao 190 e 197

ou a qualquer delegacia e unidades da Polícia Militar no Estado, com sigilo à identidade daqueles que contribuirão com informações.

PEDIDO NA CÂMARA

Saúde de Cuiabá se torna alvo de mais uma CPI

Da redação

O vereador Demilson Nogueira (PP) conseguiu o número de assinaturas necessárias para instaurar mais uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) contra o prefeito Emanuel Pinheiro (MDB). Desta vez, a CPI vai investigar pagamentos feitos pela Saúde Pública da capital, tendo como alvo a Secretaria Municipal e a Empresa Cuiabana de Saúde Pública (ECSP). Esta é a terceira comissão instaurada na Câmara de Vereadores nas últimas duas semanas.

O parlamentar apresentou o requerimento durante a sessão ordinária desta quinta-feira, 23 de fevereiro, mesma

data em que a Polícia Judiciária Civil deflagrou a operação SmartDog, que cumpriu mandados de busca e apreensão para apurar possíveis irregularidades em um contrato para chipagem de cães e gatos, no valor de R\$ 32 milhões.

Além disso, nesta tarde também ocorre o julgamento do Órgão Especial do Tribunal de Justiça (TJMT) sobre o pedido de intervenção administrativa na Secretaria de Saúde de Cuiabá.

Na tribuna, Demilson citou alguns dados para defender a CPI. "Por exemplo, nesses pagamentos indenizatórios estão manutenções de câmeras de R\$ 300 mil, alimentação geral por R\$ 654 mil, manuten-

ção de ar condicionado por R\$ 111 mil. Até parece que esses serviços são de notória especialização e precisam ser pagos dessa forma, isso é pura malandragem", destacou.

Ele ainda apontou que a Empresa Cuiabana de Saúde Pública tem dívida de R\$ 86 milhões e questionou os motivos da má qualidade dos serviços de Saúde, uma vez que a receita prevista para a pasta nos últimos três anos ultrapassa R\$ 1 bilhão.

O vice-líder do prefeito, vereador Luís Cláudio (PP), pediu que a CPI também apure a dívida do Estado com a Saúde Pública da capital que, segundo ele, já está na ordem de R\$ 200 milhões.

"Eu acho que essa CPI é boa até para investigar os pagamentos também, mas vamos investigar os créditos a que nós temos direito e vamos comparar a auditoria que o egrégio Tribunal de Contas determinou a pedido também nosso no processo de intervenção", destacou.

Para ser instaurada, o pedido vai passar pela análise da Procuradoria-Geral da Câmara e depois segue para o presidente do Parlamento, vereador Chico 2000 (PL), para definição de membros e publicação no Diário Oficial.

CPIs - No início do mês, foi aprovada a criação da CPI para apurar possíveis exceções cometidas pela equipe do

Gabinete de Intervenção do Estado na Saúde Pública de Cuiabá. Logo depois, uma comissão foi

montada para apurar os serviços prestados pela concessionária de água e esgoto, a Águas Cuiabá.



Gilberto Leite

O vereador Demilson conseguiu o número de assinaturas necessárias para instaurar mais uma CPI

CÂMERAS NAS FARDAS

Wilson quer levar colegas a SP para ver projeto

Da redação

O deputado estadual Wilson Santos (PSD) afirmou que é inevitável o debate sobre a instalação de câmeras nas fardas e viaturas dos agentes de Segurança

Pública do Estado. Ele destaca que as cidades nas quais o sistema de vigilância já está sendo utilizado têm apresentado resultados positivos. No entanto, o projeto ainda enfrenta resistência entre os de-

putados da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa, que já impediram a tramitação de matéria semelhante no passado.

Mesmo diante da resistência, Wilson avalia que a adoção das câme-

ras é um caminho sem volta, diante das mudanças sociais e tecnológicas atuais. Em busca de apoio para aprovar seu projeto, o deputado quer visitar junto com seus colegas, principalmente os que fazem parte da Comissão de Segurança, algumas cidades em que a câmera já faz parte da rotina policial.

"Nós manteremos nosso posicionamento na Casa. Reapresentei o projeto, já temos apoio da OAB [Ordem dos Advogados do Brasil], já convidei alguns colegas deputados para visitarmos São Paulo e Santa Catarina, ouvirmos os dois lados, o que há de bom e o que há de ruim. Vamos na Rotam, no Bope, vamos conversar com o secretário de Segurança, para que a gente possa enriquecer nosso conhecimento e tomarmos uma decisão que possa beneficiar a

sociedade", disse Wilson, em conversa com jornalistas.

Pioneiro no monitoramento da força policial, o governo de São Paulo divulgou o resultado de uma pesquisa feita pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), apontando que o uso de câmeras nas fardas reduziu em 57% o número de mortes decorrentes de intervenção policial em comparação com o período anterior à implementação da tecnologia.

Em 2021, Wilson apresentou o mesmo projeto, mas o texto sequer chegou ao plenário para votação. O deputado acusou os membros da Comissão de Segurança de segurar a proposta, por serem contrários à ideia. À época, a maioria dos membros da Comissão de Segurança era de egressos das forças policiais.

Com a mudança de Legislação, a proposta

anterior foi arquivada e Wilson decidiu reapresentá-la. Na mesma semana, dois casos emblemáticos foram registrados. Um jovem de 25 anos foi morto durante uma abordagem por perturbação do sossego em Vera, interior do estado. Na semana seguinte, outro jovem foi morto por policiais durante um surto psicótico, desta vez em Cuiabá.

Wilson acredita que esses casos podem ajudar a quebrar a resistência que existe em torno de seu projeto.

"O que não dá é todo fim de semana assistirmos execuções, mortes, não de gente de comando ou de facções, mas execução de trabalhadores, estudantes e de jovens, isso é inadmissível. Enquanto eu estiver na Casa eu vou lutar por uma polícia moderna e civilizada, que tenha não medo, mas respeito da sociedade", destacou.



Gilberto Leite

Wilson acredita que conhecimento sobre o funcionamento das câmeras ajudará a dissolver resistência ao projeto

EFEITO INTERVENÇÃO

Com esta auditoria realizada pelo TCE, o Município de Cuiabá vai provar que os problemas enfrentados na Secretaria Municipal de Saúde

Emanuel apoia auditoria do TCE

Gilberto Leite

**Da redação**

O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), vê com bons olhos o anúncio do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), sobre a instauração de um processo de auditoria para analisar todos os procedimentos financeiros da Secretaria Municipal de Saúde.

Emanuel espera que o resultado da investigação prove o que vem dizendo desde que o processo de intervenção foi instaurado: "Cuiabá carrega a Saúde do Estado", sem ajuda.

"Com esta auditoria realizada pelo TCE, o Município de Cuiabá vai provar que os problemas enfrentados na Secretaria Municipal de

Saúde têm como causa a enorme quantidade de serviços que presta para as demais cidades do Estado sem a devida contraprestação, o que faz com que a capital arque com os custos da saúde pública destes municípios, além das consequências que o período pandêmico trouxe as contas públicas", diz trecho da nota publicada na segunda-feira, 20 de fevereiro.

O prefeito disse ainda que a Procuradoria Geral do Município (PGM) chegou a pedir que o processo fosse realizado pelo TCE no processo de intervenção que tramita na Justiça, mas, segundo ele, a solicitação não chegou a ser analisada pelo relator da matéria no Tribunal de Justiça, desembargador Orlando Perri.

Sobre o trabalho que será conduzido pelo TCE, o prefeito comentou que espera que seja um trabalho técnico, imparcial e isento que irá "elucidar de forma transparente a realidade sobre a saúde pública de Cuiabá".

AUDITORIA - Devido aos problemas enfrentados na Saúde da capital, o conselheiro-presidente José Carlos Novelli e o relator das contas de Cuiabá de 2023, conselheiro Sérgio Ricardo, decidiram instaurar a auditoria para averiguar todos os atos de gestão, identificar possíveis falhas e garantir a eficiência dos serviços prestados aos cidadãos.

Sérgio Ricardo comentou que, além da Saúde, outras unidades jurisdicionadas sob sua relatoria serão auditadas ao longo do ano.

"Essas auditorias são normais e faremos outras também junto aos jurisdicionados que estão sob a minha relatoria. A área de saúde de Cuiabá merece toda a nossa atenção e será nossa primeira auditoria justamente por estarmos saindo de um período de pandemia e a área vem passando por uma série de questionamentos e dificuldades conforme é de conhecimento de todos", disse.



Emanuel afirma que auditoria vai comprovar que problemas na saúde são causados pela demanda do interior

INTERVENÇÃO - Em dezembro, Perri acatou o pedido do Ministério Público, que foi provocado pelo Sindicato dos Médicos do Estado de Mato Grosso (Sindimed-MT) que apontou

uma série de irregularidades na pasta, e determinou a intervenção do estado na saúde pública de Cuiabá.

A intervenção foi suspensa pela presidente do Superior Tribunal de

Justiça (STJ), ministra Maria Thereza de Assis Moura, sete dias após o início do procedimento, até que seja decidido pelo Órgão Especial a representação do Ministério Público.

IMPOSTOS ESTADUAIS

Dívidas podem ser pagas com desconto de até 95%

Da redação

Os contribuintes têm até terça-feira (28) para negociar dívidas em atraso com o Governo de Mato Grosso, com descontos de até 95% nos juros e multas. As facilidades são para o pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), além do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis (ITCD) e doação de quaisquer bens ou direitos.

"É um desconto importante para que a pes-

soa possa regularizar a situação com o Estado, evitando ações de execução fiscal que podem resultar em bens penhorados, bens arrestados, contas bloqueadas, além das negativas normais porque a pessoa estará em débito com o Estado e, conseqüentemente, fica impedida de fazer negociações, firmar contratos, transferir bens, e até de negociar com o Estado", pontua o procurador do estado Jenz Prochnow Junior.

Os programas de recuperação de créditos Refis e Regularize também permitem o parce-

lamento das dívidas. Os benefícios são estendidos às multas aplicadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), Departamento Estadual de Trânsito (Detran), Superintendência de Defesa do Consumidor (Procon), Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso (Indea) e Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados (Ager).

Para a regularização, o contribuinte deve acessar o site da Procuradoria Geral do Estado (PGE) ou o aplicativo MT Cidadão.

Aqueles que estiverem com o nome na dívida ativa não podem obter a certidão negativa de débitos emitida pela PGE e pela Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz).

Entre os documentos exigidos para a negociação de pessoa física estão a cópia do RG e CPF do protestado; instrumento de mandato, se for o caso, acompanhado com a cópia do RG e CPF do procurador. Já para parcelamento de pessoas jurídicas é necessário a cópia do contrato social e a última alteração social da empresa; RG

e CPF do representante legal constante no contrato social; instrumento de mandato, se for o caso, acompanhado com a cópia do RG e CPF do procurador.

Além do atendimento online, a PGE também oferece atendimento presencial na sede da procuradoria, nas agências fazendárias do interior do Estado e unidades do Ganha Tempo.

A PGE está localizada na Avenida República do Líbano, nº 2258 - Cuiabá. O horário de atendimento é das 8h às 18h e os agendamentos de-

verão ser realizados por e-mail ou telefone da Agência Fazendária do domicílio tributário do interessado.

Consultas de processos, negociação de dívida ativa de IPVA e licenciamento podem ser feitos pelo Sistema de Gerenciamento de Dívida Ativa - SGDA.

SERVIÇO

E-mail: negociacaofiscal@pge.mt.gov.br

Site: Procuradoria Geral do Estado de Mato Grosso

WhatsApp: (65) 99608-8566 / (65) 99243-6157 / (65) 99246-8705 / (65) 99643-7958

EXPORTAÇÕES SUSPENSAS

Fávaro tenta tranquilizar China sobre vaca louca

Guilherme Martimon/MAPA

Gabriel Soares

O ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, recebeu na quinta-feira (23) o embaixador da China no Brasil, Zhu Qingqiao, para prestar esclarecimentos sobre o caso de Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB), conhecida popularmente como mal da vaca louca, confirmado em um animal no município de Marabá, no Pará.

Segundo o protocolo sanitário estabelecido entre os dois países, as exportações de carne bovina brasileira para a China estão temporariamente suspensas a partir desta quinta-feira (23), até que sejam apuradas as circunstâncias do caso de EEB.

"O governo do Brasil preza muito pelo respeito aos países parceiros. Queremos continuar garantindo o suprimento de produtos de alta qualidade

e sabemos das nossas obrigações e deveres, fazendo isso com total transparência, determinação e agilidade", explicou o ministro.

Por sua vez, o embaixador chinês ressaltou que aprecia o fato do Brasil ter cumprido prontamente o protocolo sanitário e reforçou a intenção de promover a cooperação agrícola entre os dois países. Além disso, destacou a importância do comércio de carne bovina para ambas as nações.

A China é o principal destino das exportações de carne bovina do Brasil e a proteína brasileira é o principal mercado para os consumidores chineses.

O embargo das exportações é temporário, mas sua duração é indeterminada e a liberação precisa ser feita pelo governo chinês. Da última vez em que ocorreu um caso da doença no Brasil, em 2021, as exporta-

ções ficaram suspensas por quase quatro meses, o que fez o preço médio de exportação cair quase 20%.

Em entrevista à CNN, Fávaro afirmou que o governo está trabalhando para solucionar o caso o mais rápido possível. A expectativa do ministro é que o Mapa solucione o problema antes de o presidente Lula da Silva (PT) visitar a China, no final de março.

CASO ATÍPICO - Fávaro tenta demonstrar aos parceiros comerciais do Brasil que o caso registrado no Pará é atípico. A doença, quando atípica, se desenvolve em animais mais velhos e causa degeneração no cérebro. Nesses casos, não provoca riscos à saúde humana ou de outros animais.

A amostra do exame que confirmou a doença em um touro de 9 anos, criado em pasto, em uma pequena propriedade no Pará, foi enca-



Em reunião com ministro, embaixador chinês elogiou transparência e agilidade do Brasil no caso

minhada para análise do laboratório de referência da Organização Mundial de Saúde Animal, em Alberta, no Canadá.

Por hora, já se sabe que o animal não se alimentava com ração,

apenas no pasto, o que reduz o risco da modalidade clássica da doença, que acontece quando o gado consome restos de outros animais na ração. Além disso, a composição da ração com restos

de animais é proibida no Brasil.

A confirmação de que se trata de uma ocorrência atípica da doença pode resultar na reabertura do mercado chinês para a carne bovina brasileira.

MATADOR DE SINOP

Edgar Ricardo de Oliveira anunciou que se entregaria à Polícia na tarde de quarta-feira (22), quando seu comparsa acabou morto por policiais do Bope

Edgar diz que queria "poupar vidas"

Montagem | Reprodução



Da redação

Preso nesta manhã de quinta-feira, 23 de fevereiro, por tirar a vida de sete pessoas, Edgar Ricardo de Oliveira afirmou que queria "poupar vidas". A fala foi feita informalmente à Polícia e a repórteres, quando questionado o motivo por assassinar, entre as vítimas, uma criança de apenas 12 anos. O crime foi cometido na última terça-feira (21) em um bar de Sinop (480 km de Cuiabá) e chocou o Mato Grosso e todo o país.

A declaração informal foi repassada à imprensa pelo delegado da divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa de Sinop, Bráulio Junqueira. Ele também adiantou que o assassino já confessou o crime.

"Ele vai responder por homicídio qualificado, são sete homicídios. Informalmente ele já confessou, não tem como ele negar", declarou o delegado.

Junqueira também explicou que Edgar foi detido já fora do flagrante, mas permanecerá preso por determinação da Justiça. A Polícia já tinha entrado com pedido de prisão preventiva contra o criminoso. Inicialmente, a

prisão tem período de 30 dias, podendo esse prazo ser ou não prorrogado.

O assassino deverá permanecer no Presídio Ferrugem, em Sinop. Até o fechamento desta matéria, não havia informação oficial se Edgar ficará separado dos outros detentos ou em convívio direto com eles. A decisão cabe ao Sistema Penitenciário.

Edgar anunciou que se entregaria à Polícia na tarde de quarta-feira (22), quando seu comparsa foi localizado por policiais do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) e acabou morto após entrar em conflito com os agentes. Ezequias Souza Ribeiro chegou a ser socorrido, mas morreu no hospital.

O aviso de sua rendição foi feito pelo advogado Marcos Vinicius e foi condicionada à presença da imprensa, para garantir a integridade física. À imprensa, ele declarou que seu cliente está arrependido pelo que fez e adiantou que o caso tem os requisitos para ser julgado por um Tribunal do Júri, quando cidadãos comuns decidem o destino do réu.

"Ele será ouvido, em seguida a autoridade policial abrirá inquérito, terá todo o trâmite de investigação. Posteriormente, irá ao Ministério Público, ocorrerá a denúncia e, certamente, é um caso típico de Tribunal do Júri. Ou seja, serão pessoas da própria sociedade que vão, no final das contas, julgar esse caso", disse.

TERÇA-FEIRA (21) SANGRENTO - O terrível crime que chocou o estado teve como palco um bar localizado em Sinop. Informações preliminares apontam que os dois assassinos perderam uma aposta de jogo de sinuca e não aceitaram as brincadeiras feitas pelas vítimas.

Todo o crime foi registrado por uma câmera de monitoramento do local e chocou o país. A chacina chegou a repercutir em jornais de outros países.

As imagens mostram que Ezequias foi o responsável por render as vítimas e as conduzir todas para o mesmo lugar, contra a parede. Ele estava armado com uma pistola.

Enquanto isso, Edgar foi até a caminhonete, onde pegou uma escopeta calibre 12, esta usada para tirar a vida de suas vítimas. Aproveitando que as pessoas estavam próximas, ao lado uma das outras, Edgar começou a atirar.

Em meio ao caos, algumas pessoas tentaram fugir. Larissa Frazão de Almeida, de 12 anos, foi uma dessas. Ela chegou a correr para salvar sua vida, mas foi assassinada no meio da rua. Dentro do bar, seu pai, Getúlio Rodrigues Frazão Júnior, de 36 anos, também perdeu a vida. Os dois estavam com Raquel Gomes de Almeida, mãe de Larissa e esposa de Getúlio. Ela sobreviveu ao ataque.

A família chegou há pouco tempo do Maranhão, em busca de uma vida melhor. Getúlio já



Todo o crime foi registrado por uma câmera de monitoramento do local e chocou o país. Edgar foi preso nesta quinta-feira

vivia na região há três e recebia a visita da esposa e da filha. Desta vez, após se estabilizar, a família decidiu se reunir.

Depois do crime, Edgar e Ezequias fugiram em uma caminhonete. O carro foi localizado horas depois, abandonado, com a escopeta, munição e uma garrafa de bebida.

O esforço para capturar os suspeitos mobilizou, além das forças de segurança de Sinop, o Batalhão de Operações Especiais (BOPE) e o Ciopaer.

Ezequias, responsável por render as vítimas, já possuía passagens por porte ilegal de arma de fogo, roubo, formação de quadrilha, lesão corporal e ameaça. Ele também tinha um mandado de prisão em aberto.

Já Edgar possuía o certificado de Caçador, Atirador e Colecionador (CAC) e exibia nas suas redes sociais a prática do tiro. Edgar também possuía uma passagem criminal por violência doméstica.

AS VÍTIMAS

Adriano Balbinote - 46 anos;
Elizeu Santos da Silva - 47 anos;
Getúlio Rodrigues Frazão Júnior - 36 anos;
Josué Ramos Tenório - 48 anos;
Larissa Frazão de Almeida - 12 anos;
Maciel Bruno de Andrade Costa - 35 anos;
Orisberto Pereira Sousa - 38 anos.

FERIADO SANGRENTO

26 pessoas foram assassinadas durante o carnaval deste ano

Da redação

O carnaval acabou oficialmente na quarta-feira de cinzas (22) e deixou marcas de sangue na população mato-grossense. Em quatro dias, 26 pessoas foram assassinadas no estado, um dos registros mais violentos dos últimos anos. O número é quase o triplo do registrado em 2020, último carnaval realizado, quando 10 pessoas perderam a vida de forma violenta, e mais que o dobro que 2019, que registrou 12 assassinatos.

Os números oficiais à Secretaria de Estado de Segurança Pública

(Sesp). A pasta forneceu as informações de 2019, 2020 e 2023. O carnaval não foi realizado nos anos de 2021 e 2022 por causa da pandemia de covid-19.

COVARDIA SEM LIMITES - No último domingo (19), uma criança de apenas três anos foi feita de escudo humano por um homem que era alvo de criminosos em um bar no município de Barra do Bugres. Ágata Tauane da Silva Soares levou um tiro no coração e morreu a caminho de uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do município.

O homem que usou Ágata de escudo era co-

nhecido da família, conforme noticiado pela imprensa, e conseguiu fugir dos criminosos. Os atiradores também escaparam e até o momento o caso é investigado.

ASFIXIADO ATÉ A MORTE - Outro crime que repercutiu nas páginas policiais foi o assassinato do assessor do deputado Wilson Santos (PSD), Wanderley Leandro Nascimento Costa. Ele foi asfixiado por dois criminosos, identificados como Murilo Henrique e Richard Estaques Aguiar, presos preventivamente pelo crime.

A motivação do crime seria o suposto interes-

se de Wanderley pelo irmão de um dos assassinos. A informação é do delegado João Batista Ribeiro, lotado Lucas do Rio Verde.

O corpo do assessor foi encontrado em Cuiabá, no bairro Cinturão Verde, Região do Pedra 90, já em estado avançado de decomposição na segunda-feira (20). À Polícia, Murilo e Richard confessaram a autoria no crime.

O caso ainda está sendo investigado e Wanderley foi sepultado na quarta-feira (22).

CHACINA NO NOR-TÃO - Um terceiro crime bárbaro foi registrado em Mato Grosso e cho-

cou todo o país por sua violência. A chacina em um bar de Sinop deixou sete mortos na terça-feira de carnaval (21). Edgar Ricardo de Oliveira e Ezequias Souza Ribeiro renderam e executaram as vítimas com tiros de escopeta calibre 12. Entre os mortos está uma criança de 12 anos, que tentou fugir, mas foi assassinada com um tiro pelas costas.

A motivação seria a perda de uma aposta no valor de R\$ 10 mil em um jogo de sinuca. Após a partida, o assassino teria sido zombado pelas vítimas.

O crime foi registrado por uma câmera de

segurança. Após a chacina, os dois bandidos fugiram do local, mas permaneceram na cidade. Uma força-tarefa foi montada para capturar os criminosos e envolveu homens de toda a Segurança Pública.

Um dia após o crime, Ezequias foi localizado, mas entrou em confronto com a polícia e acabou baleado. Ele chegou a ser socorrido pelos policiais, mas morreu no hospital. Diante disso, Edgar anunciou que se entregaria, sem uso de armas e resistência, no outro dia. A promessa foi cumprida na quinta-feira, 23.

RENDA SOLIDÁRIA III

Catadores do aterro sanitário receberão auxílio financeiro

Bruno Vicente | Pref. de Cuiabá

O prefeito Emanuel Pinheiro sancionou a Lei nº 6.912/2023, que garante a implantação do programa de transferência de renda "Renda Solidária III - Cuidando da Gente". A legislação foi publicada na Gazeta Municipal do dia 15 de fevereiro, após ser aprovada pela Câmara Municipal com 23 votos favoráveis.

O projeto é de autoria da gestão Emanuel Pinheiro e beneficiará até 320 catadores de materiais recicláveis, que ainda atuam no antigo aterro sanitário de Cuiabá. Por meio do programa, os trabalhadores receberão do Município o valor referente a um salário mínimo, pelo período de 24 meses.

Conforme explica o chefe do Executivo, a implantação do Renda Solidária III ocorre por conta

do processo de desativação do aterro sanitário, que foi iniciado pela Empresa Cuiabana de Zeladoria e Serviços Urbanos. Segundo Emanuel, a medida necessária resulta em impacto direto na renda dessas pessoas.

"Já estamos trabalhando na atualização do cadastro desses trabalhadores, para que o mais breve possível possamos iniciar o pagamento mensal por meio de cartão magnético ou

transferência bancária. Sabemos da necessidade de urgência de implantação, por isso não estamos poupando esforços", comenta o prefeito Emanuel Pinheiro.

De acordo com o projeto da Prefeitura de Cuiabá, serão beneficiados os trabalhadores que comprovarem o exercício da atividade no aterro por pelo menos dois anos. Além disso, é preciso que o catador de recicláveis seja maior de

18 anos de idade, exceto nos casos de mães adolescentes de, no mínimo, 16 anos.

A permanência dos trabalhadores no programa também é condicionada ao cumprimento, de forma impreterível, de outras medidas, como: estar cadastrado em um dos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e manter atualizado o Cadastro Único (CadÚnico), para parti-

cipação em programas do Governo Federal.

Somado a isso, ao menos um integrante da composição familiar do beneficiário deve participar dos cursos de qualificação profissional da Prefeitura de Cuiabá. Em caso de menor de idade, ele deve ser inserido em outras ações, por exemplo: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), Programa Siminina, Programa Criança Feliz, dentre outras.

CHICOTE NO MOTORISTA

Sindipetróleo denuncia aumento injustificado de preços, variando de 15 a 30 centavos por litro, por parte das distribuidoras de combustíveis

Distribuidoras aumentam preços



Da redação

Mesmo com a desoneração de Pis/Cofins sobre gasolina e etanol ainda em vigor, as distribuidoras de combustíveis começaram a realizar aumentos injustificados para os postos de combustíveis em Mato Grosso. A denúncia foi feita pelo Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de Mato Grosso (Sindipetróleo).

Diversos revendedores estão informando que as distribuidoras, empresas que fazem a "ligação" entre a Petrobras e os postos, estão promovendo reajustes com valores entre 15 e

30 centavos por litro. As distribuidoras são alvos de críticas do Sindipetróleo, que vê os postos sendo injustificados por fiscalizações do Procon, enquanto a mesma fiscalização não chega até essas empresas.

A reoneração da gasolina e do etanol hidratado, com a volta dos impostos federais sobre os combustíveis, só deve ocorrer no dia 1º de março, mas já é considerada uma certeza por representantes do setor.

"O próprio ministro da Fazenda, Fernando Haddad, informou que não existe nenhuma discussão sobre a desoneração dos combustíveis desde o primeiro dia de janeiro, data da posse do presidente Lula e da equipe do novo governo. Está nos noticiários", afirma o diretor-executivo do Sindipetróleo, Nelson Soares.

Ainda segundo o Sindipetróleo, as distribuidoras não estão justificando esse movimento incompreensível de au-



Uma das suspeitas do Sindipetróleo é que as distribuidoras estejam antecipando a reoneração dos combustíveis, que só deve ocorrer em março

mentar os preços para os postos, principalmente para aqueles de "bandeira branca" (postos que não possuem contratos de exclusividade com as distribuidoras). A hipótese trabalhada é que as distribuidoras estariam "antecipando" a volta dos impostos.

O aumento também não é justificado em um

cenário no qual as distribuidoras estejam importando gasolina, pois os importadores estão pagando 21 centavos mais barato na gasolina importada, em comparação com os preços da Petrobras. Os dados são do relatório de preço de paridade de importação (PPI), da Associação Brasileira dos Importa-

dores de Combustíveis (Abicom).

Portanto, quem importa teria margem até para reduzir os preços para as distribuidoras, que deveriam repassar a redução aos postos e, finalmente, aos consumidores.

Já a Petrobras está há 31 dias sem reajustar o preço da gasolina. O úl-

timo reajuste foi feito no dia 25 de janeiro, quando o preço subiu em 23 centavos, impacto já sentido pelos consumidores dias após o reajuste.

FALTA DE CONCORRÊNCIA - Outra possibilidade levantada por Nelson Soares é quando a uma possível tentativa das distribuidoras de "segurar os estoques". O alerta do Sindipetróleo tem como fundamento a pressão popular e de órgãos de fiscalização nos postos, onde a concorrência ocorre de fato. Enquanto isso, as distribuidoras não são fiscalizadas.

De acordo com o Sindipetróleo, em Mato Grosso existem cerca de mil postos de combustíveis, sendo 250 em Cuiabá e Várzea Grande e os demais no interior. Por outro lado, o número de distribuidoras é de cerca de 150 em todo o Brasil, segundo a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Dessas 150, apenas 5 detêm cerca de 70% do mercado.

PREPARE O BOLSO

Mercado eleva projeção de inflação para 5,89% em 2023

Andreia Verdélio/ABR

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerada a inflação oficial do país, subiu de 5,79% para 5,89% para este ano. A estimativa consta do Boletim Focus, pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para 2024, a projeção da inflação ficou em 4,02%. Para 2025 e 2026, as previsões são de inflação em 3,78% e 3,7%, respectivamente.

A previsão para este ano está acima do teto da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3,25% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é de 1,75% e o superior de 4,75%.

Da mesma forma, a projeção do mercado para a inflação de 2024 também está acima do centro da meta prevista, fixada em 3%, mas ainda dentro do intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual.

Em janeiro, puxado principalmente pelo aumento de preços de alimentos e combustíveis, o IPCA ficou em 0,53%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

JUROS - Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida em 13,75% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). A taxa está nesse nível desde agosto do ano passado, e é o maior nível desde janeiro de 2017, quando também estava nesse patamar.

PERSPECTIVA DE MELHORA

Intenção de consumo estabiliza

Da redação

O mês de fevereiro apresentou estabilidade no índice que avalia a Intenção de Consumo das Famílias (ICF) em Cuiabá ao computar 76,9 pontos - o mesmo que o apurado no primeiro mês de 2023 -, interrompendo uma sequência de queda observada nos últimos cinco meses. Ainda assim, o levantamento realizado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e analisada pelo Instituto de Pesquisa e Análise da Fecomércio Mato Grosso (IPF-MT) mostra que a pontuação atual está 4% maior do que o verificado em fevereiro de 2022, quando somava 73,5 pontos.

Segundo análise do IPF-MT, a estabilização na pontuação reflete uma melhora nas projeções futuras do índice. "Ainda que o consumo

demonstre uma estabilidade em nível geral, vale ressaltar como as variações de emprego, renda e perspectiva profissional se mantêm em crescimento, o que colabora para o futuro aquecimento do consumo", explicou o presidente em exercício da Fecomércio-MT, Marco Pessoz.

É o que revela os subíndices da pesquisa, onde a maioria demonstrou crescimento no mês, como é o caso do Emprego Atual (2,9%), Perspectiva Profissional (0,9%), Renda Atual (3,2%) e Momento para Duráveis (8,1%). Já os que apresentaram retração foram o Acesso ao Crédito (-2,3%), Nível de Consumo Atual (-10,3%) e Perspectiva de Consumo (-9,7%).

"É possível observar que os subíndices que acompanham o consumo atual e futuro estão em maior retração, o que auxilia na tendência de

baixa observada nos últimos meses para o consumo das famílias e nos próximos meses pode ser revertido, a depender das condições macroeconômicas", disse Pessoz.

Ainda conforme o Instituto, a questão político-social tem influenciado as decisões econômicas por parte da população na capital, o que faz com que a expectativa de consumo se retraia. Tal situação provoca incertezas na relação com o acesso ao crédito, o que restringe as possibilidades de consumo.

No entanto, o presidente em exercício destaca as boas condições que Mato Grosso vive. "A perspectiva favorável ao mercado de trabalho faz com que os impactos negativos atinjam em menor medida a economia na capital e, consequentemente, nos demais municípios".

IMPOSTO DE RENDA

Informe de rendimentos deve ser entregue até terça

Luciano Nascimento/ABR

Termina no dia 28 de fevereiro, último dia útil do mês, o prazo para as empresas enviarem aos funcionários o informe com os rendimentos referentes a 2022. O prazo também vale para bancos e corretoras de valores, que devem disponibilizar o documento referente aos rendimentos de aplicações financeiras dos seus clientes.

Os informes são necessários para preencher a declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física 2023. As informações são necessárias para que a Receita Federal possa cruzar os dados e de-

terminar quanto cada contribuinte pagou de imposto ao longo do ano passado e saber se houve sonegação ou não.

Os documentos não precisam, necessariamente, ser enviados pelos Correios, podendo ser disponibilizados pela internet e em aplicativos de internet banking. O empregador ou o banco que não fornecerem os comprovantes dentro do prazo ou disponibilizarem com erros estarão sujeitos a pagamento de multa.

No informe do empregador, devem constar os valores de todos os salários de 2022, além do 13º salário, e outros rendimentos recebidos

eventualmente, como participação nos lucros.

Aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) podem obter seus comprovantes de rendimentos pela internet no site ou aplicativo do Meu INSS.

A partir deste ano, o período de entrega das declarações do Imposto de Renda da Pessoa Física vai de 15 de março a 31 de maio.

Segundo a Receita, a alteração tem por objetivo permitir que desde o início do prazo de entrega todos os contribuintes já possam usufruir da declaração pré-preenchida.

EFEITO AMERICANAS

Especialistas pedem mudanças nas leis

Wellton Máximo/ABR

Desencadeada pela descoberta de dívidas estimadas em R\$ 43 bilhões, a recuperação judicial das Lojas Americanas enfrenta a suspeita de ser o maior escândalo da história do capitalismo brasileiro. O caso, segundo especialistas, aponta as limitações da legislação atual, que pouco distingue crises comuns de empresas em dificuldades financeiras geradas por gestões fraudulentas.

Os principais gargalos, segundo advogados e juristas especializados em direito empresarial, dizem respeito a dificuldades em separar a responsabilidade de maus administradores e controladores da atuação dos funcionários. Eles também citam a falta de mecanismos eficientes para proteger acionistas minoritários e pequenos fornecedores.

Mestre em direito empresarial e cidadania, o advogado Alcides Wilhelm, com atuação em

reestruturação de negócios, fusões e aquisições e direito tributário, diz que o caso das Lojas Americanas se tornou uma exceção entre os processos de recuperação judicial.

"Em tese, a recuperação judicial é um processo onde os credores são chamados a ajudar a empresa no reerguimento. O caso das Americanas acaba sendo sui generis, uma exceção. A gente ainda não pode afirmar 100%, mas tudo indica que a empresa entrou em dificuldade mediante fraudes, com demonstrações contábeis que não espelhavam a realidade. Isso é diferente de uma empresa em crise por causa da disparada do dólar ou de decisões erradas de negócios", diz Wilhelm.

O advogado defende mudanças na legislação para que, em caso de fraude comprovada, os administradores ou controladores sejam responsabilizados como pessoas físicas, com a empresa mantendo as atividades. "Precisaria-

mos ter uma legislação que punisse os maus empresários, em vez da empresa", destaca.

"Nesses casos, o dono seria afastado da administração, perderia o controle dela, o Judiciário colocaria um administrador judicial para continuar as operações e pôr a companhia à venda. Ela cobre todos os prejuízos que causou. Se sobrar dinheiro, o ex-proprietário recebe. Seria uma forma de punir os maus empresários com a perda do negócio", explica.

Segundo Wilhelm, se essas mudanças valessem, as empreiteiras investigadas pela Operação Lava Jato teriam as atividades preservadas, com apenas os executivos sendo punidos e milhares de empregos sendo preservados. "As Lojas Americanas são uma empresa grande, com importante função social. A separação entre as pessoas físicas que cometeram irregularidades e a empresa seria o ideal para preservar as atividades", avalia.

GOLPE DURO

Ministro avalia que caso da doença registrado no Pará é atípico e espera reverter embargo às exportações até o final de março

'Vaca louca' paralisa exportações

Christiano Antonucci/Secom-MT



Da redação

O embarque de carne bovina para a China foi suspenso a partir de quinta-feira (23), em razão de um caso da "doença da vaca louca", identificada em uma fazenda de Marabá, no Pará. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) enviou uma amostra dos materiais para um laboratório canadense, que deve confirmar se tratar de um caso 'atípico' da doença.

O caso foi revelado na última quarta-feira (22), pelo governo do Pará, que já afirmou que se trata de um caso atípico. A doença da vaca louca, quando atípica, se desenvolve em animais mais velhos e causa uma degeneração no cérebro. Nesses casos, não provoca riscos à saúde humana ou dos outros animais.

Carlos Fávaro, ministro do Mapa, concedeu entrevista à CNN na noite de quarta-feira

e disse que o impacto é ruim, mas que o governo está trabalhando para solucionar o caso o mais rápido possível. A expectativa do ministro é que o Mapa solucione o problema antes de o presidente Lula da Silva (PT) visitar a China, em viagem que deve ocorrer no final de março.

"Não gostaríamos de estar anunciando isso, mas o procedimento é de total transparência, total respeito aos protocolos e estamos fazendo isso com muita determinação, avisando o mercado. Logo após a confirmação, a primeira pessoa que comuniquei foi o presidente Lula, que fez uma recomendação explícita: total empenho para resolver o problema", disse Fávaro.

Ainda de acordo com o ministro, a amostra do animal infectado deve chegar no laboratório canadense na sexta-feira (24) e nesta semana já será possível afirmar se o caso é atípico ou clássico. A partir desse resultado, o Mapa inicia os trabalhos de comunicação ao mercado, para tentar levantar o embargo.

Fávaro garantiu que o governo brasileiro tem prestado todas as informações todos os países que estão querendo saber detalhes sobre o



Suspensão de exportações aumenta pressão sobre o setor, que já vive crise devido ao aumento nos custos de produção

caso. Ele adianta que o animal não se alimentava com ração, apenas no pasto, o que reduz o risco da modalidade clássica da doença, que acontece quando o animal consome restos de outros animais na ração.

Além disso, a composição da ração com restos de animais é proibida no Brasil.

PREOCUPAÇÃO NO SETOR - O presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso (Acrimat), Oswaldo Peireira Ribeiro Junior, vê a ocorrência como um duro golpe no setor. Ele afirma que a pecuária já

está passando por uma situação preocupante, devido aos custos de produção extremamente elevados. Ultimamente, o preço pago pela arroba aos pecuaristas não tem sido suficiente para cobrir os custos.

O embargo dos embarques para a China complica ainda mais a situação, pois é nessa transação específica que os produtores conseguem um "prêmio", de cerca de R\$ 30 por arroba, já que os pecuaristas precisam entregar o boi com até 30 meses. Diante dessa situação, a Acrimat cobra que ocor-

ra a diferenciação dos casos "atípicos" para os "clássicos".

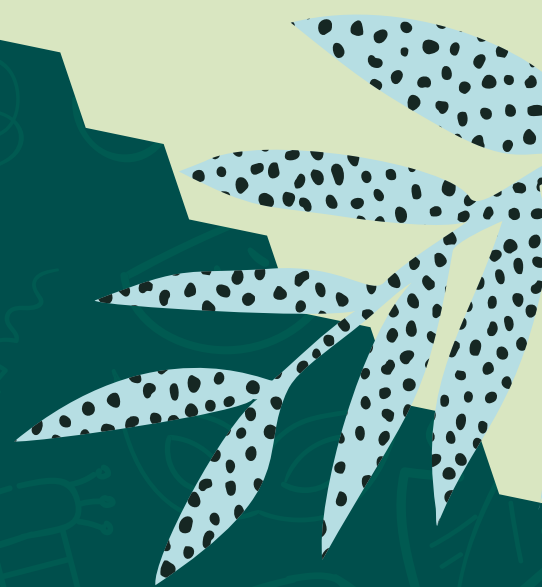
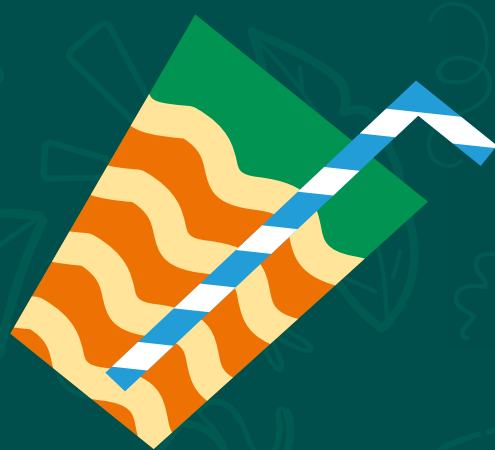
O caso identificado, segundo a Acrimat, não representa nenhum risco sanitário para os demais animais. De acordo com Oswaldo, o acordo firmado com a China em 2015 foi "mal redigido" ao não prever a diferenciação das doenças. Dessa forma, quando ocorre a notificação de casos atípicos, o embargo ocorre automaticamente.

"Isso provoca um caos econômico em toda a cadeia. No último episódio, em 2021, tivemos

quase 100 dias para retomar as exportações, com prejuízos incalculáveis para o setor. Estamos solicitando às autoridades competentes que revisem esse acordo, para não ficarmos reféns de casos semelhantes, que podem ocorrer esporadicamente, principalmente em um rebanho grande como o brasileiro", disse o presidente da Acrimat.

Já o Sindicato das Indústrias de Frigoríficos do Estado de Mato Grosso (Sindifrigo/MT) disse que não vai se pronunciar sobre o assunto e suas consequências.

Baterias RENO VADAS



CÓD. 7898132544720

**COLLAGEN
MELATONIN MARACUJÁ
E CAPIM-LIMÃO 240G**

DE R\$139,90 POR
R\$99,90



CÓD. 4015630064250

ACCU-CHEK ACTIVE KIT

DE R\$99,99 POR
R\$59,90



CÓD. 7899828200074

**BALANÇA DIGITAL CORPO
BIOIMPEDÂNCIA INCOTERM**

DE R\$318,88 POR
R\$179,90

Unimed
Cuiabá

Ofertas válidas de 01/02/2023 a 28/02/2023 ou enquanto durar o estoque. Pagamento em até 6 vezes nos cartões de crédito Visa, MasterCard e Elo com parcela mínima de R\$ 10,00. Atendimento exclusivo para clientes Unimed Cuiabá. Confira mais opções de pagamento nas lojas. Fotos meramente ilustrativas.